

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

27 de Janeiro a 01 de Fevereiro de 1992

Nº 23

OBJETIVO ÁFRICA (Portugal/PALOP)

Em exposição realizada no Instituto de Defesa Nacional, Fernando Nogueira, ministro da Defesa de Portugal, afirmou que a política de defesa de Portugal deve levar em consideração as solidariedades com os países lusófonos da África (e com o Brasil). Isto implica, segundo o ministro português, um maior envolvimento de Portugal, devido às "solicitações desses países". Já está decidida a manutenção de uma missão militar permanente na Guiné-Bissau, e a missão temporária que está em Angola poderá vir a assumir um estatuto equivalente. (p.01)

GOVERNO ANGOLANO "ENTRE DOIS FOGOS"

Jonas Savimbi acusou o governo angolano de violar os acordos de Bicesse, com o objetivo de ganhar espaço político junto aos partidos que participam da reunião multipartidária.

De acordo com o líder da UNITA, o condicionamento da realização das eleições ao acantonamento das tropas, proposto pela reunião multipartidária, fere as resoluções de Bicesse. Este fato, segundo Savimbi, coloca o governo "entre dois fogos", a CCPM e a reunião multipartidária. O dirigente da UNITA defendeu a participação dos militares no processo eleitoral. Opõe-se, no entanto, à participação dos angolanos residentes no estrangeiro.

(pp. 4 e 5)

MULTIPARTIDÁRIA TERMINA EM LUANDA (Angola)

A reunião multipartidária terminou no dia 25 de janeiro, sem consenso, após fervorosos debates, em torno das questões de fundo do processo eleitoral previsto para setembro, datas, número e sistema por que serão eleitos os deputados. O prazo existente entre o término desta reunião e a sessão do Parlamento angolano (15 de fevereiro) será ocupado por debates que possibilitem a elaboração de uma plataforma mínima de entendimento, que facilite as discussões no parlamento. (pp.5,6,7).

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS – CFAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8623 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro – Brasil Cep: 20011.

A União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID), organização fundada na Holanda em 1977 e que durante muito tempo foi o único adversário declarado do regime do ex-presidente Aristide Pereira, mergulhou em uma série crise, após a realização do seu último congresso (o primeiro no arquipélago), em julho de 1991. Uma nova formação, o Partido Social Democrata (PSD), teve sua constituição anunciada no dia 23 de janeiro, sendo composta, basicamente, por dissidentes da UCID. O secretário-geral do PSD é João Além, e o partido tem priorizado a reforma do Estado e a aceleração do desenvolvimento econômico do país. Por sua vez, Lídio Silva, ex-presidente da UCID (foi afastado durante o congresso de julho), está aparentemente pensando em criar uma outra organização, que poderia receber o nome de Partido Trabalhista Cabo-Verdiano. (p.08)

DISSIDENTES DO PAIGC PREPARAM NOVO PARTIDO (Guiné-Bissau)

OPOSIÇÃO UNE-SE

Os participantes do "Grupo dos 121", movimento que pretendia renovar o IGC, decidiu encerrar as suas atividades no interior do partido, em reunião ocorrida na semana 19-24 de janeiro, após considerar esgotadas as possibilidades de "salvar o partido por dentro". Agnelo Regalla, um ativo membro de movimento, admitiu que a maioria dos seus integrantes apoia a constituição de um novo partido, e que contatos neste sentido já foram iniciados. Quatro dos cinco partidos de oposição legalmente reconhecidos, Frente Democrática Social, Movimento Bafatá, Partido Único Social Democrata e Partido da Convergência Democrática, reuniram-se em Bissau, e decidiram pela formação de uma comissão permanente de coordenação da oposição. Estes partidos exigiram do governo a extinção imediata da polícia política e o abandono de "manobras eleitoralistas, anti-democrática e demagógicas levadas a cabo pelo PAIGC". A Frente Democrática, embora tivesse sido convidada, não tomou parte na reunião. (p. 09)

NOVA RONDA PARA A PAZ EM MOÇAMBIQUE

DÉCIMA RONDA NEGOCIAL

Foram retomadas, no dia 22 de janeiro, as negociações acerca do acordo de paz em Moçambique, entre Frelimo e Renamo, que tem lugar em Roma, com mediação do governo italiano, da Comunidade Santo Egídio e de D. Jaime Gonçalves, arcebispo da Beira. Na rodada anterior de negociações chegou-se a um consenso acerca das eleições presidenciais e legislativas, que deverão ocorrer simultaneamente, sob a supervisão de observadores da ONU e da OUA. Embora o representante da Frelimo em Roma, Armando Guebuza, houvesse manifestado o desejo de dar início às negociações quanto ao cessar-fogo ainda este mês, Manuel Frank, representante da Renamo em Portugal, disse que o "cessar-fogo é o quarto ou quinto ponto da agenda", havendo outras questões a resolver antes dele entrar em pauta. Em Roma, Raul Domingos, chefe da delegação da Renamo, apresentou uma contraproposta ao projeto de lei eleitoral elaborado pela mediação, visando "evitar ambiguidades na sua interpretação". A proposta da Renamo, segundo Domingos, aprofunda os aspectos relativos às liberdades de imprensa, associação, reunião e expressão. (p. 10)

ANC QUER APRESSAR MUDANÇA (África do Sul)

Em conferência de imprensa realizada em Soweto, o presidente do ANC, Nelson Mandela, recusou as propostas feitas pelo presidente F. de Klerk acerca das mudanças no regime político sul-africano. O ANC pede que o governo interino seja instalado ao mais tardar em junho, e que no final do ano seja eleita uma assembléia constituinte. Em discurso proferido na abertura da sessão parlamentar de 1992, De Klerk, embora prometendo participação política à maioria negra, garantiu aos brancos que estes poderão vetar as principais alterações constitucionais. O Fórum que se afigura privilegiado para os debates (pré) constitucionais é a Conferência para uma África do Sul Democrática (CODESA), que poderá abrir o caminho para uma África do Sul pós-Apartheid. A CODESA vem sendo boicotada por partidos brancos de extrema-direita, e o ANC pediu a três destes, o Partido Conservador, o Partido Nacional Reconstituído e o Movimento de Resistência Afrikâner, que nela venham a discutir as suas propostas de criação de um Estado Branco. A próxima reunião da CODESA terá lugar em março. (p. 16)

INTENSIFICAR O COMÉRCIO (Angola)

O chefe do Governo Espanhol, Felipe Gonzáles, assinará durante sua visita a Angola um programa de cooperação econômica e uma ata da II Comissão Mista Hispano-Angolana. Esta comissão mista estipula créditos a longo prazo de 370 milhões de dólares, que somam-se a mais 600 milhões de fundos de apoio ao desenvolvimento. A busca de intensificação das relações comerciais é visível a partir da presença de 60 empresários na delegação espanhola (a maior comitiva de homens de negócios numa visita de Gonzáles ao estrangeiro). (p. 05)

Índice

Portugal/PALOP	01
Angola	02-07
Cabo Verde	08
Guiné-Bissau	09
Moçambique	10-14
São Tomé e Príncipe	15
África do Sul	16

Fernando Nogueira definiu bases dos conceitos de Defesa

Objectivo África

César Camacho

Fernando Nogueira enunciou ontem as "bases" do Conceito Estratégico de Defesa e Estratégico militar. O principal objectivo "fora de área" é a África que fala português. Toda a matriz da exposição do ministro mostra a "exigência nacional" de afirmar prestígio, ao lado da modernização das FA e redução de efectivos.

No Instituto de Defesa Nacional, ontem, o ministro da Defesa fez uma exposição na sessão de encerramento do seminário de actualização dos Auditores de Defesa. Foi um discurso interpretado como matriz do futuro Conceito Estratégico de Defesa, com influência directa na estrutura militar. Neste último aspecto foi garantida a aplicação da II Lei de Programação Militar que deve ir à Assembleia da República até ao final de Abril. Lei que significa uma média orçamental superior a 20 milhões de contos, destinados essencialmente a modernização de equipamentos para as Forças Armadas. Mas há outra meta apontada a África

que "fala português" e se integra nos interesses de defesa nacional.

"A política de Defesa Nacional tem de ter em conta, na vertente externa, as solidariedades (...) com países lusófonos de África (e com o Brasil) e prever a resposta a solicitações desses países". Na previsão do ministro, serão solicitações que vão exigir "maior empenhamento" da parte de Portugal. Já está decidida a manutenção de uma missão militar permanente na República da Guiné (a sede é inaugurada no princípio de Fevereiro) e a missão temporária que está em Angola, após cumprida a função explicitada nos acordos de Bicesse, poderá derivar para estatuto semelhante, sendo que, neste momento, há missões militares em todos os países que formam o chamado "grupo dos Cinco".

A questão do pessoal

Apresentada como opção prioritária no âmbito da reconversão das Forças Armadas, está a questão do pessoal. Nogueira disse que não há alternativa à exigência da redução de efectivos dos quadros permanentes e essa redução vai fazer-se durante 92 e 93. Um processo que deve desenrolar-se sem atingir a dignidade dos militares abrangidos e que serviram o país, diz o ministro. O que não pode continuar a acontecer — o peso do silêncio no anfiteatro pareceu maior — é que 67 por cento do orçamento rubricado no capítulo da

Defesa seja aplicado nos encargos com pessoal.

Fernando Nogueira citou logo o que se passa lá fora: não há nenhum país em que os encargos com os servidores das Forças Armadas ultrapassem os 50 por cento. O auditor Paulo Valada sugeriu uma alternativa: desviar quadros militares para exercício de formação, transformando alguns numa espécie de institutos politécnicos. Nogueira elogiou o imaginativo e "bom propósito" de Paulo Valada mas disse que não se podia comprometer. A ideia de aliviar o peso da pirâmide militar vai para a frente e é uma acção prioritária no futuro imediato.

Diplomacia e Defesa

A actividade diplomática e a definição dos interesses estratégicos e de Defesa estão ligadas. Mais que nunca, perante a responsabilidade de Portugal presidir à CE, em tempo particularmente sensível da vida internacional. Neste domínio, Nogueira privilegia a contribuição portuguesa no quadro da relação "estratégica atlântica", representada na NATO e apoia o reforço da UEO como participante ou complemento da Aliança.

Sendo Portugal apologista da continuação de forças militares do EUA e Canadá na Europa e advogando a permanência de armamento nuclear mínimo capaz de desempenhar função dissuasora, está assente que o país vai respeitar o compromisso de "afectar

à Aliança duas Brigadas". Uma (actualmente a Brigada Ligeira de Para-quedistas, futuro Corpo de Tropas Aerotransportadas) destinada a integrar a Força de Reacção Rápida e a outra de Infantaria mecanizada (actual Brigada Mista). Além destas forças terrestres estão automaticamente afectadas a estas missões as unidades da Força Aérea (aviação de caça e interceptação, de vigilância e patrulha e transporte tático).

Isto significa que Portugal se dispensa de contribuir com forças militares na dependência da UEO. Nogueira fundamenta com a "participação significativa para a NATO", devendo qualquer contribuição para a UEO ser "con-

siderada" no contexto anterior, pelo que será sempre exigível a ligação entre as duas organizações. Aliás, a razão para a NATO ter chegado a consenso quanto à legitimização da "acções fora de área".

Riscos latentes

Ainda na exposição da amplitude das concepções de defesa e segurança, o ministro falou do "ambiente estratégico regional". É a vizinhança dos problemas ao Sul do Mediterrâneo, são os países do Magreb. Nogueira declarou-se optimista no relacionamento com Marrocos e, novidade, na clara aproximação com a Argélia.

Quanto a Marrocos está próxima a assinatura de um acordo de cooperação em matéria de Defesa. Em relação à Argélia, os contactos já vão adiantados. Nogueira já manteve vários encontros com o embaixador argelino, trocou correspondência com o comandante-chefe das FA argelinas. Os principais chefes militares da Argélia deverão visitar Portugal. Nogueira disse esperar que a situação no país evolua no sentido positivo para que a cooperação entre os dois Estados se concretize.

O ministro sublinhou também a participação portuguesa nos programas de auxílio à ex-URSS, mantendo delegados das Forças Armadas no "grupo ad hoc" que coordena o apoio logístico e humanitário a partir de Bruxelas, Moscovo e São Petersburgo. ■

Projecto «Youth Links» liga a Europa à África

Autarquias colaboram com países africanos

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 24 JANEIRO 1992

A ASSOCIAÇÃO Nacional de Municípios Portugueses, ANMP, vai colaborar na organização das estruturas de poder local dos países africanos da língua oficial portuguesa. Com esse fim esteve para ser assinado ontem, em Coimbra, um protocolo de colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, durante o II Encontro de Municípios Portugueses que hoje termina, mas a ausência do secretário de Estado da Cooperação, Durão Barroso, impedido de comparecer "por uma agenda sobrecarregada com compromissos há muito assumidos", não o permitiu.

O acordo, feito através do Instituto para a Cooperação Económica (ICE) e da Direcção

-Geral da Cooperação (DGC), prevê actividades nos domínios de infra-estruturas, urbanismo e ambiente; finanças locais; desenvolvimento sócio-económico; ordenamento do território e assuntos sociais e culturais. Estas acções desenvolver-se-ão através de serviços de consultoria e assistência técnica, documentação e informação e formação de quadros.

No encontro, o presidente da ANMP, Mário de Almeida, apelou também aos municípios portugueses para aumentarem "o aproveitamento que têm feito" da linha de crédito comunitária destinada a apoiar as geminações com outras autarquias da Comunidade

de Europeia, bem como com os países da Europa Central e oriental".

Mário de Almeida pediu ainda aos autarcas que se empenhem nas geminações com municípios de Espanha, Itália e Alemanha, países "com muito menos laços com Portugal do que, por exemplo, os franceses com quem foram feitas 70 por cento de todas as geminações.

O presidente da ANMP revelou ainda que o Parlamento Europeu decidiu organizar, até finais de 1993, uma grande conferência das cidades e municípios da Europa com o objectivo de se fixar um estatuto europeu das cidades. ■

Dulce Neto

A JUVENTUDE europeia quer estar mais perto dos jovens africanos através do «Youth Links», um projecto de intercâmbio que envolve o Conselho da Europa, a Unesco e Portugal. O objectivo é alargar a cooperação Norte/Sul aos mais novos, mas o secretário de Estado da Juventude, Nuno Ribeiro da Silva, alertou que, paralelamente, é preciso intervir junto dos imigrantes dos PALOP em Portugal, em que 60 por cento são jovens. No final da sessão de apresentação do projecto, Ribeiro da Silva re-

velou ao DN que o orçamento do sector para 1992 inclui um reforço de verbas para apoiar os jovens imigrantes das ex-colónias portuguesas, tanto no associativismo de bairro como na animação cultural e desportiva.

«Grande parte das nossas iniciativas abrange meio milhão de jovens, só que são sempre os mesmos os que sabem mover-se nestes circuitos», considerou Ribeiro da Silva, para concluir que «nas comunidades dos PALOP em Portugal, onde não existem líderes, nem organizações

que os representem, temos de ser nós a deslocarmo-nos lá e incentivá-los.»

Na cerimónia de apresentação do Youth Links, na sexta-feira, os diversos representantes do Conselho da Europa, Unesco e do Governo português foram unânimes em considerar que, por um lado, a concretização do projecto surge no momento «ideal», durante a presidência portuguesa da Comunidade e, por outro, poderá constituir um «travão» à proliferação de ideias xenófobas e racistas na Europa.

Devido ao Orçamento do Estado

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 24 JANEIRO 1992

Estudantes dos PALOP têm bolsas em atraso

A MUDANÇA do ano económico e o facto de só esta semana ter sido apresentada a proposta de Orçamento do Estado (OE) fez com que o pagamento das bolsas dos estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) registe atrasos. Para alguns destes estudantes "a situação é desastrosa", enquanto Lucélia Barroso, responsável pelo Gabinete de Apoio ao Bolseiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, resume a situação a um "caso de antecipação dos duodécimos que coincidiu com a mudança do ano económico" e precisa que "no início de cada ano é tradicional um ligeiro atraso no pagamento das bolsas".

As bolsas que o Estado português atribui aos estudantes dos PALOP costumam ser pagas entre os dias 1 e 8 de cada mês. O que está a acontecer é que — "por razões orçamentais", conforme afirma Lucélia Barroso — as bolsas de Janeiro ainda não foram atribuídas e os bolseiros só deverão começar a recebê-las a partir do dia 23. Apesar de considerar este atraso como normal, Lucélia Barroso, coordenadora do Gabinete de Apoio ao Bolseiro, diz compreender a ansiedade dos bolseiros até porque "têm o alojamento para pagar e livros para comprar".

Um dos bolseiros que se encontra a estudar no Porto disse

ao PÚBLICO que há casos de "colegas que estão aflitos porque já passou o meio do mês e se alguns senhorios aceitam atrasos, outros não". De acordo com este estudante, a situação torna-se mais grave por se estar em altura de frequências e exames semestrais. Indo mais longe, refere que o atraso das bolsas em Janeiro é um assunto que "já tem sido debatido em reuniões de bolseiros e chegou-se à conclusão que afecta o rendimento escolar dos estudantes". E, concordando que a situação não é inédita, refere alguns dos seus colegas que "fazem economias nos meses anteriores para não terem dificuldades tão grandes em Janeiro". ■ H.C.S.

Emigrantes angolanos não votam

A REUNIÃO multipartidária angolana que está a decorrer em Luanda defendeu o princípio de que devem ser registados todos os cidadãos com idade de votar, quer no interior quer no exterior do país.

No entanto, os residentes no estrangeiro não terão direito a participar nas primeiras eleições pluralistas que se efectuam em Angola, nos finais de Setembro, tal como o não terão os cerca de 50.000 militares que ainda nessa altura deverão estar no activo.

Aparentemente, os emigrantes poderão ficar desde já registados, mas só em futuros actos eleitorais é que lhes será eventualmente possível exercer o direito de voto.

A lei eleitoral é um dos temas em debate na reunião que o Governo está a efectuar com 26 formações políticas, sabendo-se desde já que deverá haver 1.100 brigadas encarregadas do registo dos cidadãos que já tenham completado 18 anos.

Ao Presidente José Eduardo dos Santos caberá nomear o Director-Geral das Eleições, depois de consultados os partidos, dos quais apenas o MPLA está já reconhecido pelo Tribunal Supremo. E o ministro da Administração do Território, Lopo do Nascimento, defendeu para esse cargo um gestor capaz de orientar em complexo programa que envolve mais de 40.000 pessoas.

Não se sabe ainda se a UNITA, que não desejou participar na "multipartidária", fará ou não parte do Conselho Nacional de Eleições (CNE). E, entretanto, o Comité Permanente da Comissão Política daquele movimento está reunido em Luanda, para "acompanhar de perto os desenvolvimentos" da as-

sembleia que congrega as demais forças políticas.

Observadores satisfeitos

Os observadores estrangeiros presentes na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) — portugueses, norte-americanos e russos — disseram esperar que os resultados da reunião multipartidária possam contribuir para acelerar a obtenção de um consenso sobre o processo eleitoral.

Os participantes em tal assembleia repartiram-se por quatro comissões, que além da lei eleitoral estão também a debater a lei dos partidos, a revisão constitucional, o funcionamento da comunicação social e a observação internacional das eleições.

Uma boa parte dos "terceiros partidos" — os que se situam à margem dos "dois grandes", MPLA e UNITA — critica a exigência de 3000 assinaturas para que a inscrição de qualquer deles possa ser aceite no Supremo, devendo haver até um mínimo de 150 assinaturas em cada uma de 14 das 18 províncias de Angola.

De um modo geral, as diferentes formações políticas depararam com grande dificuldade para recolher assinaturas na maior parte do país, motivo pelo qual exigem a revisão da lei. E alguns dos novos grupos falam de impossibilidade de trabalho político nas áreas que ainda se encontram sob controlo da UNITA.

Até agora, com excepção das delegações governamentais devidamente autorizadas, as regiões de actuação tradicional daquele movimento continuam fechadas. ■

Vitor Silva, em Luanda, com Lusa

Angola

PÚBLICO
25 JANEIRO 1992

"Multipartidária" encerra hoje

TUDO LEVA a crer que a reunião multipartidária angolana encerre hoje os seus trabalhos, após duas semanas de intensos debates. Mas uma boa parte das decisões significa apenas recomendações ao Governo, pois que só as que foram tomadas por unanimidade vinculam todos os participantes.

Entre as decisões unânimes conta-se a de que as eleições legislativas e presidenciais de Setembro deverão contar com observadores das Nações Unidas, da Organização de Unidade Africana, de outros organismos internacionais e de governos estrangeiros.

O líder da UNITA anunciou entretanto que o Comité Permanente da sua Comissão Política terminou a reunião em que estava a acompanhar a "multipartidária" (na qual não desejou participar) e que hoje dá uma conferência de imprensa para apresentar os pontos de vista do movimento.

Prometeu também apresentar nessa altura o autor da morte de três turistas britânicos e de um neozelandês, na zona de Quilengues, no Sul do país.

Enquanto isto, Angola e a África do Sul estão a um passo de estabelecerem relações diplomáticas, apagadas as "sombas" políticas que enevoaram o relacionamento entre os dois países. Pelo menos é isso que esteve a tratar em Luanda o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha, na sua primeira visita oficial.

Os dois países decidiram começar por abrir representações de interesse nas duas capitais. A abertura será simultânea em Luanda e Pretória, mas antes haveria que tratar de questões prévias. O chefe da diplomacia sul-africana foi comedido nas suas declarações à Imprensa, mas adiantou que a visita tinha como objectivo assinar acordos de cooperação comercial, científico-técnica, financeira e cultural.

Botha conversou com o Presidente José Eduardo dos Santos sobre o processo de paz em Angola e as relações bilaterais, temas que, aliás, terá tratado mais tarde com o líder da

UNITA, Jonas Savimbi, com quem se encontrou na sua residência em Luanda.

O ministro sul-africano dos Estrangeiros manteve vários encontros com o seu colega angolano, Pedro de Castro Vandúnem, "Loy", concluindo a visita com uma conferência de Imprensa no aeroporto. A viagem terá sido igualmente aproveitada para que Eduardo dos Santos lhe falasse no assunto dos militares angolanos que estão no Exército sul-africano, integrando o batalhão "Buffalo". Este foi um dos temas levantados durante a reunião multipartidária.

Forças Armadas com "buffalos"

Segundo algumas propostas avançadas na altura, as futuras Forças Armadas Angolanas deveriam integrar os elementos do batalhão "Buffalo", os militares da FNLA que ainda se encontram nas matas e os guerrilheiros separatistas de Cabinda, além dos efectivos governamentais e da UNITA.

Jonas Savimbi mostrou-se admirado com a preocupação do Governo em relação aos "buffalos", uma vez que em seu entender já não são angolanos. Para o líder da UNITA o Governo só agora é que está preocupado na aproximação a Pretória, enquanto ele sempre escolheu o parceiro certo, numa alusão à sua velha ligação com as autoridades sul-africanas.

Pretória ofereceu-se, por outro lado, para enviar equipamento e especialistas para ajudar os dois exércitos angolanos na desminagem do país, que tem sido feita até aqui com meios rudimentares. Segundo "Pik" Botha, a África do Sul vai enviar técnica sofisticada de desminagem e homens que vão ensinar os angolanos a trabalhar com o equipamento. Está ainda disposta a trabalhar em Angola nas áreas da saúde e telecomunicações; e pretende que os seus aviões possam sobrevoar e aterrar em território angolano. ■

Vitor Silva, em Luanda

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 DE JANEIRO DE 1992

UNITA apresenta um suposto implicado em assassinio de turistas ingleses

A UNITA apresentou ontem à imprensa em Luanda um homem que identificou como membro da segurança do Estado e susposto responsável pela emboscada que provocou a morte de quatro turistas britânicos, no passado dia 14, no centro do país. O homem apresentou-se como o primeiro-tenente Celestino Sapalo, de 56 anos, e disse fazer parte de um grupo de 30 pessoas encarregadas pelo comissariado municipal de Chongoroi (província de Huíla) de atacar a localidade de Quilengues. Acrescentou que os seus homens se dividiram em dois grupos e que foi o outro grupo que montou a emboscada aos veículos em que seguiam os turistas.

Governo angolano "entre dois fogos"

PÚBLICO

DOMINGO, 26 JANEIRO 1992

O LÍDER da UNITA, Jonas Savimbi, acusou ontem o Governo angolano de estar a violar os acordos de Bicesse ao pretender condicionar a realização das eleições previstas para a segunda quinzena de Setembro.

Savimbi respondeu assim, em conferência de imprensa, às propostas avançadas na véspera por muitos dos participantes na reunião multipartidária que desde há 15 dias decorre em Luanda: as eleições presidenciais e legislativas poderão ser em 19 de Setembro desde que se concretizem as diversas etapas previstas nos acordos de paz para Angola, nomeadamente o acantonamento das tropas.

O atraso que se verifica no acantonamento e na extensão da administração central a todo o território, bem como na livre circulação de pessoas e bens e na formação de umas Forças Armadas unificadas, levou algumas forças políticas a defenderem mesmo o adiamento das eleições para 1993.

Savimbi comentou que as questões levantadas em Bicesse e que não estão a ser cumpridas devem ser resolvidas através do reforço da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) "e não a nível da reunião multipartidária", na qual aliás não desejou participar.

O presidente da UNITA considerou que a multipartidária não pode condicionar os acordos, embora seja "uma boa coisa, um debate útil, com altos e baixos". E acusou o Governo de haver transformado a reunião numa "instituição permanente", o que colocaria as autoridades "entre dois fogos" (a multipartidária e a CCPM).

No seu entender, o Governo de Angola teria tentado com a reunião que ora finda influenciar outras forças políticas: "O país não aguenta adiar as eleições até 1993, social e economicamente". Disse mesmo que em Setembro cessam "os compromissos da UNITA em relação ao Governo", mas descartou a hipótese de regresso às armas.

Acusação às FAPLA

Savimbi responsabilizou as forças governamentais (FAPLA) pelo aumento da instabilidade no país, dizendo que militares fugidos do acantonamento formam grupos de assalto nas estradas e que a recente morte de turistas britânicos foi da responsabilidade de um grupo

cujo alegado chefe apresentou: o tenente Celestino Sapalo, de 57 anos.

O líder da UNITA disse que as FAPLA têm apenas 61 por cento dos efectivos acantonados, contra 96,8 do seu próprio movimento.

O impasse tinha, entretanto, regressado ontem à reunião multipartidária, que em princípio deveria já ter terminado. De manhã não foi possível realizar aquela que seria a última sessão plenária, por ausência da maioria dos líderes das formações políticas.

Quando o Presidente José Eduardo dos Santos entrou na sala ela encontrava-se praticamente às moscas, obrigando a um adiamento para o fim da tarde. Informações recolhidas no local indicavam que o Conselho Nacional da Oposição (CNO), que agrupa mais de uma dezena das formações políticas representadas na "multipartidária", estava reunido para concertação de pontos de vista, por algumas das componentes "se terem sentido manipuladas" na véspera pelo Governo.

Algumas fontes adiantaram que "o Governo tentar utilizar a oposição ao vincular a reunião multipartidária ao encontro de simples consultas" que o Presidente da República tivera com os líderes das formações políticas.

Lei dos Partidos

Os partidos terão aproveitado o "intervalo" de ontem para se pronunciarem de forma coordenada sobre a Lei dos Partidos, procurando que o assunto conhecesse a unanimidade para que a Assembleia do Povo seja obrigada a alterar a legislação.

As jovens formações políticas desejavam que fossem apenas mil as assinaturas necessárias para se legalizarem como partidos, sem qualquer restrição quanto à área onde as recolhessem. Mas o Governo o mínimo que aceitou foi 1.500, com a obrigatoriedade de englobarem 100 conseguidas em pelo menos 10 das 18 províncias de Angola.

Assim, chegou-se às últimas horas da reunião multipartidária ainda com muitos assuntos em aberto, como o da composição da futura Assembleia Nacional, que em princípio poderá ser de 200 deputados. E só pela noite fora é que se iria saber se os trabalhos não teriam de prosseguir hoje. ■

Vitor Silva,
em Luanda

EPUL ganha plano director de Luanda

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 24 JANEIRO 1992

Um consórcio formado pela EPUL, pela EPAL, pela Risco (do arquitecto Manuel Salgado), pela COBA (uma empresa especializada em sistemas hidráulicos) e pela Intersismet (informática) tem neste momento praticamente assegurada a vitória no concurso para o plano director de Luanda. Segundo um elemento ligado ao processo, "falta apenas a confirmação oficial do Governo angolano e, salvo qualquer reviravolta de última hora, que, de resto, não seria inédita neste tipo de situações [lembre-se o ainda recente e controverso caso da Cimpor], tudo deverá ficar formalizado a qualquer momento". Um dos administradores da EPUL, Carlos Consiglieri, encontra-se mesmo em Luanda, para onde partiu no fim-de-semana passado.

O plano director de Luanda foi posto a concurso pelo Governo angolano, mas os dois milhões de dólares (quase 280 mil contos) que custará serão totalmente financiados pelo Banco Mundial. O vencedor tem dois anos para concluir o projecto.

O plano director de uma determinada localidade tem por função fazer a gestão dos solos, estabelecer zonas para bairros residenciais, zonas industriais, zonas de comércio e serviços e ordenar as vias de comunicação. Pode também planejar as redes de transportes e os pontos de "interface" (os locais onde se faz a mudança de

meio de transporte) entre transporte subterrâneo, rodoviário e ferroviário.

O presidente demissionário do conselho de administração da EPUL, Joel Hasse Ferreira, conhece já os principais problemas que o projecto tem de resolver: "É óbvio que são a carência de infra-estruturas de habitação, a desarticulação da rede de transportes, o caos do saneamento básico e a indiferenciação entre zonas residenciais e outras." Por seu lado, Manuel Salgado, especialista em urbanismo e autor do projecto do Centro Cultural de Belém, afirma que ainda não existem ideias ou linhas condutoras para Luanda. "A nossa candidatura foi uma candidatura de currículos e não de ideias."

No entanto, a EPUL está já a trabalhar em Luanda. Hasse Ferreira explica que a empresa foi convidada pelo Governo angolano para pôr em prática algumas medidas de emergência de ordem técnica. "Estão neste caso a modificação do regime de ocupação de alguns solos de Luanda, o plano de ordenamento da Ilha de Luanda e a reorganização técnica ao nível de arquitectos e engenheiros."

A EPUL está também presente no plano director de Maputo, em Moçambique. Diz Hasse Ferreira: "Aqui, o caso é diferente. Fomos convidados pelo executivo moçambicano para dar apoio técnico no protocolo que eles vão submeter ao Banco Mundial para que este financie o plano director de Maputo". ■

José Vegar, Serviço CNTV
para o PÚBLICO

PÚBLICO
SÁBADO, 25 JANEIRO 1992

ELEIÇÕES ANGOLANAS EM 19 DE SETEMBRO? — Uma maioria da reunião multipartidária que está a decorrer em Luanda aprovou ontem uma proposta no sentido de as primeiras eleições livres do país se verificarem no dia 19 de Setembro, se entretanto não ocorrerem novos atrasos no processo de pacificação de Angola — anunciou o porta-voz da reunião. Alguns dos participantes disseram que tal proposta só deparou com três abstenções, enquanto outra ia no sentido de as legislativas e as presidenciais serem adiadas para 1993, devido aos problemas ainda existentes na aplicação integral dos acordos de paz. O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, esteve durante a tarde reunido com os líderes das diferentes formações políticas participantes na "multipartidária", a fim de com eles verificar a viabilidade das eleições gerais durante a segunda quinzena de Setembro, conforme também é pretendido pela UNITA. (Vitor Silva, em Luanda — ver pág. 17.)

Felipe González em Luanda

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 27 JANEIRO 1992

Intensificar o comércio

Nuno Ribeiro,
em Madrid

A maior delegação de empresários da história das visitas do presidente do Governo de Espanha é espelho do âmbito da sua deslocação a Angola. González terá entrevistas com todos os líderes políticos e manifestará o seu apoio à democratização.

Felipe González inicia hoje, em Luanda, a primeira visita de um presidente do Governo espanhol a Angola, num momento de intensificação das trocas comerciais entre os dois países. A assinatura, na quarta-feira, de um programa de Cooperação Económica e Financeira e da acta da II Comissão Mista Hispano-Angolana é o ponto de arranque para uma nova fase, encerrando um ciclo iniciado em 1983. Durante esses nove anos, Angola teve créditos e apoios que a tornaram o segundo destino de investimentos espanhóis na África sub-sariana, a seguir à Guiné Equatorial, antiga colónia de Madrid. Investimentos que foram mesmo superiores aos verificados em muitos países da América Latina.

Este facto leva fontes diplomáticas espanholas a assinalarem o interesse pelo mercado angolano, a destacarem o crescente número de empresas de Espanha a trabalharem em An-

gola e a sublinharem a vontade de ampliar esta corrente. A constituição da delegação espanhola traduz o âmbito da visita — para além do Presidente do Governo e da ministra porta-voz, integra o responsável da Indústria e os secretários de estado do Comércio e da Cooperação Internacional — ainda reforçado por 60 empresários, "apenas" a maior comitiva de homens de negócios numa visita de González ao estrangeiro.

Dialéctica e História

Madrid sublinha que a pacificação e democratização da sociedade angolana favoreceram as relações comerciais, mas neste campo o esforço espanhol é anterior aos acordos assinados em Portugal. De início, através da frota de pesca que, paulatinamente, substituiu os pesqueiros da antiga União Soviética e determinou investimentos na área conserveira. Mais tarde, pela presença da companhia petrolífera Repsol, controlada em 75 por cento pelo Estado, e já há dois anos, antes do cessar-fogo, por créditos de 240 milhões de dólares.

Na quarta-feira, Felipe González e José Eduardo dos Santos aprofundarão esta via com a assinatura das actas da comissão mista, que estipulam créditos a longo prazo de 370

milhões de dólares que se somam a mais 600 milhões dos Fundos de Apoio ao Desenvolvimento. Angola apresentou projectos num valor superior a 300 milhões de dólares, concentrados no sector eléctrico — reposição da rede de Luanda e ligação de alta tensão entre Lobito e Benguela —, rede frigorífica, petróleo e caminho de ferro, com a empresa pública espanhola a realizar um corredor entre Benguela e Lobito. Outros campos são contemplados, como a saúde e a defesa, o segundo pela venda de quatro patrulheiras e quatro aviões de transporte militar.

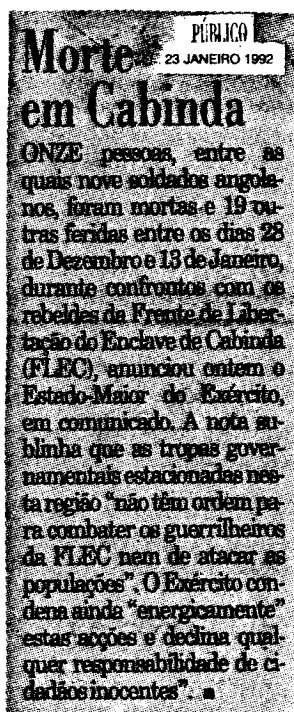
Para o "boom" das trocas, que apresentaram nos primeiros dez meses de 1991 um défice favorável a Espanha na ordem dos 67 milhões de dólares, contribuíram os perto de 2,2 milhões de contos que Madrid investiu, a fundo perdido, nos dois últimos anos. A dívida angolana, actualmente de 360 milhões de dólares, não suscita problemas: Angola paga em petróleo, sublinha a diplomacia espanhola.

Este bom relacionamento suscitou reservas à UNITA, com o primeiro contacto entre Jonas Savimbi e a Espanha a ocorrer só após a assinatura dos acordos de paz. Em Luanda, González manterá um encontro com o presidente da UNITA, no âmbito de entrevistas com todos os representantes de partidos, incluindo Pinto de Andrade, do Partido Renovador

Democrático, e Holden Roberto, da FNLA.

Nas conversações políticas com Eduardo dos Santos, tudo leva a crer que Felipe González relacione o apoio à formação da polícia angolana e à adesão do MPLA à Internacional Socialista ao desenvolvimento do processo de democratização.

Processo que Madrid segue de perto, pois tropas espanholas, incluídas nas forças das Nações Unidas, acompanharam a saída dos cubanos, e 14 oficiais espanhóis integram actualmente o grupo de observadores da ONU. ■



DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 DE JANEIRO DE 1992

Jonas Savimbi acusa Luanda de violar acordos de Bicesse

JONAS Savimbi acusou ontem o Governo angolano de violar deliberadamente o espírito e a letra dos acordos de Bicesse a fim de ganhar espaço político e credibilidade junto dos partidos que participam na reunião multipartidária.

A multipartidária — da qual a UNITA foi a única formação política ausente — «foi uma boa coisa porque conseguiu arrancar algumas concessões do Governo. Mas o Governo não deve entregar

aquilo que não é dele, o que está previsto nos acordos de Bicesse», disse Savimbi.

O dirigente da UNITA citou como ponto negativo o facto de o Governo transformar uma auscultação numa instituição e discordou da proposta, surgida na reunião, de um número de nove deputados por cada província. «Isso daria maior peso a um deputado do Cunene ou do Namibe do que a um de Luanda, onde a densidade populacional é maior», disse.

Savimbi defendeu ainda a participação dos militares no processo eleitoral. «Os militares devem votar. Não seria justo, seria até ingratião, recusar a homens que lutaram a participação nas primeiras eleições», declarou.

Opos-se, no entanto, a que os cidadãos angolanos residentes no estrangeiro participem nas eleições.

Defendeu ainda o reforço do papel da CCPM, de forma a «cumprir cabal e integralmente as suas tarefas».

O JORNAL

24 de Janeiro de 1992

Angola: Soares vai em Maio?

Maió poderá ser o mês escolhido pelo Presidente da República, Mário Soares, para a visita que fará brevemente a Angola, na sequência do convite que lhe foi dirigido por José Eduardo dos Santos.

Mário Soares, que decidiu ouvir a UNITA sobre a oportunidade de a visita se efectuar antes das eleições em Angola, recebeu uma indicação positiva daquela organização.

A resposta formal de Savimbi foi-lhe entregue, esta semana, pelo chefe da delegação da UNITA em Lisboa, Adalberto Costa Júnior.

Multipartidária termina em Luanda

A REUNIÃO multipartidária angolana aprovou medidas comprometendo o Governo e 26 partidos «oposicionistas» para as eleições previstas em Setembro, mediante o que o Presidente José Eduardo dos Santos classificou de «plataforma mínima de entendimento».

A multipartidária terminou com um dia-maratonado de debates e negociações de bastidor, sem consensos sobre questões de fundo do processo eleitoral para Setembro, das datas ao número e sistema por que serão eleitos os deputados.

Parte das questões deverá ser debatida nas próximas duas semanas, de modo a não prejudicar o lançamento do calendário eleitoral.

A reunião começou informalmente às 9 horas e terminou depois das 23 horas, com os participantes de pé, escutando o hino nacional, e depois de correções de última hora a questões debatidas em comissões.

Não houve tempo para a assembleia bater as pal-

mas protocolares ao Presidente, como foi sendo feito por alguns partidos ao longo das sessões plenárias dos últimos dias.

No discurso de encerramento, José Eduardo dos Santos lamentou a ausência da UNITA desta «primeira experiência concreta de convívio democrático», que declarou «muito positiva». A multipartidária voltará a reunir-se, afirmou, para que a transição para as eleições gerais «possa ser acompanhada por todos de uma forma activa e responsável». A Assembleia do Povo (AP) levará «em devida conta» os contributos «válidos» apresentados na multipartidária, disse José Eduardo dos Santos. A AP esteve convocada para dia 6, mas foi sábado adiada para a segunda quinzena de Fevereiro.

A reunião teve atrasos «desnecessários» — durou 12 e não os três dias previstos pelo Governo — e que foram sinal de «certa impaciência» e «ânsia de tudo dizer e fazer» para defesa e consolidação da democracia no país.

executado por uma firma belga (a Soberi). Nele estava incluída a formação de técnicos, que decorreu em França, Brasil e Portugal.

A formação portuguesa foi ministrada em 1989/90, no Laboratório Militar, envolvendo três dezenas de técnicos angolanos.

Segundo informações obtidas pelo **Semanário**, os contactos para a deslocação da referida equipa de técnicos portugueses a Angola, onde deverá permanecer durante três meses, começaram em Junho, altura em que a referida empresa belga deveria ter entregue, chaves na mão, às autoridades angolanos os laboratórios a funcionar.

Os contactos foram feitos entre a Soberi e uma empresa portuguesa — os Laboratórios Azevedos —, no âmbito da qual, através de um contrato com a firma belga e o governo angolano, a equipa de dos sete técnicos irá permanecer, até meados de Abril, no referido país africano de expressão portuguesa.

Além de ter a incumbência de pôr em funcionamento a produção de medicamentos nos próximos três meses, o grupo vai assegurar formação de quadros locais, no sentido de posteriormente serem eles a dar continuidade ao processo.

Savimbi em Pretória em busca de créditos

O APOIO de Pretória à reintegração social dos militares angolanos desmobilizados e a retirada de minas no sul do país destacam-se na agenda da visita que o líder na UNITA, Jonas Savimbi, efectua hoje à África do Sul.

Fontes do Ministério dos Negócios Estrangeiros sul-africano escusaram-se a adiantar pormenores sobre a deslocação de Jonas Savimbi a Pretória, informa a Lusa, admitindo contudo a probabilidade de encontros com o Presidente Frederik de Klerk e o ministro Pik Botha.

A própria imprensa sul-africana manteve ontem sigilo absoluto sobre a iniciativa anunciada na quarta-feira por Savimbi em Luanda, no decorrer da deslocação de Pik Botha a Angola.

Após os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países terem rubricado um acordo histórico de estabelecimento recíproco de escritórios de interesses em Angola e na África do Sul, Savimbi adiantou que discutirá com o Presidente de Klerk a evolução da situação em Angola, em particular, e na África do Sul, em geral.

O repatriamento do controlo batalhão «Búfalo» e o futuro das relações comerciais entre os dois países, num contexto de cooperação regional, serão outros pontos

importantes nos contactos a estabelecer por Savimbi e os seus interlocutores sul-africanos.

Enquanto Savimbi minou a importância do primeiro ponto, sustentando que a maior parte dos efectivos daquela unidade especial são agora de origem namibiana, o segundo destaca-se numa fase em que ambos os países carecem de oportunidades de negócios ou acesso a «know-how».

Para a África do Sul, o processo de reconstrução de Angola seduz as áreas ligadas à construção civil, agricultura, transportes e ramo alimentar, para além das minas e, principalmente, do petróleo angolano, que Pretória se empenha em negociar.

Levantando o véu sobre desenvolvimento imediato e relacionamento bilateral, Pik Botha prometeu, em Luanda, enviar pessoal médico e dinamizar o trânsito de turistas e empresários entre Angola e a África do Sul, facilitando a concessão de vistos.

Enquanto os dois países ultimam preparativos para a abertura recíproca dos escritórios de interesses, primeiro passo para a normalização diplomática, empresários angolanos e sul-africanos multiplicam contactos e trocas de missões, cujos créditos Savimbi procurará angariar.

SEMANÁRIO
25 JAN 92

Portugueses asseguram remédios em Angola

Uma equipa composta por dois professores da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (Lupi Nogueira e Manuel Rodrigues Carvalho), três farmacêuticos e dois técnicos de produção farmacêutica — todos portugueses — partiu há dias para Angola com a finalidade de pôr a funcionar duas fábricas de medicamentos de concepção francesa e construção belga. A produção dos laboratórios, situados em Luanda e Benguela, assegurará cerca de um terço das necessidades medicamentosas do país. Serão produzidos cerca de 30 medicamentos diferentes.

O projecto, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), é de 1986 e envolveu cerca de 40 milhões de dólares (cinco milhões e 600 mil contos). Foi elaborado por uma empresa francesa (a OTH) e

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 24 JANEIRO 1992

Angola confia em Portugal

O PRESIDENTE angolano, José Eduardo dos Santos, manifestou-se ontem confiante no papel «extremamente positivo» que a presidência portuguesa representa para a aproximação da Europa à África, e especialmente aos PALOP. Em entrevista que foi ontem divulgada pela Rádio Correio da Manhã, o Presidente angolano afirmou que apoiaria os esforços portugueses nesse sentido e declarou-se certo de que, desse modo, os países africanos «não serão esquecidos». ■

Segundo as nossas fontes, antes deste projecto existiu um outro, de concepção e execução italiana, construído em Luanda, que nunca chegou a funcionar.

O objectivo de franceses e de italianos era, ao que se admite, o de impedir que Portugal viesse a ter um papel de relevo no mercado farmacêutico de Angola.

CP

Casino em Luanda?

O JORNAL
24 de Janeiro de 1992

O ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Angola jantou no Casino Estoril e mostrou-se deliciado com o espectáculo «Viva Mozart». Convidado pelo dr. Carlos Beja, administrador da Esta, SA — Gestão de Hotéis, Loy foi recebido por Mário Assis Ferreira e Joaquim Couto, respectivamente administrador e director comercial do Estoril-Sol. Conhecidas as boas relações que Carlos Beja mantém em Angola, há quem perspetive a instalação de um novo casino em Luanda. Como na roleta: par ou ímpar? Ou como na banca francesa: pequeno ou grande? Por outras palavras: novo casino em Luanda — sim ou não?...

Angola — a segunda crise

JAIME NOGUEIRA PINTO

O processo de paz em Angola tem conhecido, como é naturalíssimo, vicissitudes, complicações, altos e baixos, momentos de risco e momentos de sorte. Que assim seja não pode nem deve surpreender ninguém — partes, mediadores, interessados directos, espectadores. A paz e a reconciliação, depois de dezasseis anos de guerra civil, são valores apetecidos mas frágeis. Valores por que há que lutar todos os dias.

Esta a primeira questão e a primeira advertência: *não há uma magia ou uma corrente invisível a favor da paz*. Há cerca de um ano, logo a seguir à guerra do Golfo, sentia-se essa lógica de composição e acerto de esferas de influência. Havia uma euforia global do advento da *Pax Americana*. Havia uma linha regional — na África Austral — de pacificação e de reforma.

Neste momento as coisas são bem diversas. O colapso brusco da União Soviética não permitiu uma sucessão e transição seguras, por exemplo, das Forças Militares e das armas nucleares. O colapso dos gigantes sempre provocou ondas perigosas que submergem os mais pequenos. De qualquer modo, a atenção do mundo — do mundo euro-americano e japonês onde se concentram as várias formas de recursos disponíveis (humanos, financeiros, técnicos) — tem como prioridade estar atenta e dar resposta à área geopolítica onde se situam, agora, as entidades políticas resultantes do fim da URSS.

Isto na perspectiva de crise e de prevenir riscos e perigos; mas também na perspectiva de reconstrução e de interesse. E é nesta que se voltam também para os países da América Hispânica — México, Argentina, Chile, Venezuela. Ou na perspectiva de crise — interesse para o Brasil. A África desapareceu destas grandes prioridades.

A esta mudança, corresponde também uma problemática regional difícil: a África do Sul está e estará, cada vez mais, absorvida pelas questões político-constitucionais e económico-sociais da sua transição. Estará muito atenta a Angola, os seus homens de negócios terão ali prioridades, mas disponibilizar recursos ou influência política construtiva parece mais difícil. Dos demais países da região — salvo as histórias de sucesso do escassamente povoado Botswana (e da regularidade da Namíbia) as perspectivas são pessimistas: em Moçambique continua a Guerra Civil; no Zaire pode suceder o caos; o Congo está instável; a Zâmbia e o Zimbábue continuarão a braços com a crise económica.

Neste quadro, *Angola e o seu processo pacificador dependem muito de si próprios*. O processo tem funcionado, no quadro desta lógica global, regional ou doméstica, porque *acautelou interesses de quem, nesses respectivos quadros, tinha poder*. Mas com o correr do tempo, as certezas e optimismos desvanecem-se e quem pensa, por exemplo, que não vai ganhar as eleições, pode não ter o mesmo zelo em que elas se realizem, do que tinha quando esperava ganhá-las.

Assim, iniciam-se movimentos ainda

tênues e discretos, mas que traduzem a antecipação da derrota: a saída discreta de famílias; o estender ambíguo de pontes; a corrupção mais desenfreada. Mas, por outro lado, para os que querem lutar — e têm esperança de vencer — surgem tentações de endurecimento, de mudar de estratégia.

Como pano de fundo há uma situação económico-social alarmante que pode comprometer, por impaciência e desilusão dos seus protagonistas e vítimas, as ondas eufóricas da paz. E, acima de tudo, o atraso e o incumprimento do processo de acantonamento, nas tropas governamentais, é assustador, neste momento, quando mais de 30000 soldados das FAPLA devem já ter desertado, muitos com armas, dos seus pontos de concentração.

Porquê? As dificuldades logísticas, a penúria das instalações, o isolamento em relação às famílias e aos centros urbanos, a ausência de enquadramento e de exemplo (muitos oficiais das FAPLA, pura e simplesmente, não foram para os acantonamentos ou foram os primeiros a abandoná-los) estão a provocar este êxodo. Da parte da UNITA, ele não se verifica, porque os guerrilheiros estão mais habituados à austeridade e ao isolamento da mata — viveram sempre nela — são mais disciplinados e têm um moral mais alto.

Tudo isto quer dizer que a condição *sine qua non* para manter o processo em marcha é uma linha de autoridade e de respeito pela letra e pelo espírito dos Acordos do Estoril; os mediadores — os Portugueses — têm que ser activos, determinantes, capazes de prevenir e corrigir antecipadamente os desvios, antes que o processo conheça um relaxamento generalizado. Mas, complementarmente, é também preciso que se preparem mecanismos económico-sociais de recuperação. Nomeadamente, é preciso dar expectativa de vida, de emprego, de esperança, aos quase 150.000 soldados que vão ser desmobilizados. Há recursos internacionais disponíveis, nas Comunidades, nos Estados Unidos e nas ajudas à cooperação de vários Estados europeus. Mas têm de ser os portugueses — pela experiência de Angola mas sobretudo pela comunidade da língua e da sensibilidade — a formar os formadores, isto é, a preparar os programas de treino de recursos humanos respectivos.

É este o quadro do que poderíamos chamar «a segunda crise» do processo de paz angolano (a primeira foi em Setembro passado e resolveu-se em tempo). As suas consequências podem não ser imediatas mas podem — se não evitadas — projectar uma hipoteca irreversível sobre o processo, inquinando-o e criando-lhe condições de vida precárias. Tanto mais que uma combinação perigosíssima — formação de mafias de crime organizado em volta dos recursos disponíveis, por tráficos ou corrupções controladoras, homens de mão baratos, através dos desmobilizados, poder político dividido ou frágil (por falta de, por exemplo, maioria estável em Setembro) pode vir a pôr em causa esta «segunda chance» de Angola e dos Portugueses em Angola.

Plataforma mínima de consenso

O PARLAMENTO angolano vai ter uma sessão na segunda quinzeana de Fevereiro, depois de a reunião multipartidária das duas últimas semanas — terminada no sábado já depois das 23 horas — haver alcançado uma «plataforma mínima de entendimento» sobre o que haverá a fazer para que o país tenha de facto eleições gerais dentro de oito meses.

Parte das questões deixadas em aberto na reunião entre o Governo e a maioria das formações políticas vai agora ser debatida ao longo das próximas semanas, em contactos bilaterais, ou na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), que reúne as autoridades e a UNITA, com a presença de observadores de Portugal, dos Estados Unidos e da Rússia.

No discurso de encerramento da multipartidária, o Presidente José Eduardo dos Santos — que se tem apresentado cada vez mais como o Chefe de Estado de todos os angolanos e cada vez menos como líder do MPLA — lamentou que a UNITA não tenha querido participar naquela reunião, «primeira experiência concreta de convívio democrático».

O Presidente disse que a Assembleia do Povo (Parlamento) irá agora levar na devida conta, dentro de sensivelmente três semanas, os contributos «válidos» apresentados na multipartidária, que tratou da possibilidade de as eleições legislativas e presidenciais serem no dia 19 de Setembro, do número de deputados a escolher e das formalidades a cumprir para que as diversas formações sejam reconhecidas como partidos.

Segundo fontes citadas pela agência Lusa, uma das formações mais em destaque nos trabalhos dos últimos 15 dias foi a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), de Holden Roberto, que liderou discretamente um bloco de partidos — metade dos participantes na multipartidária — a que é dado o nome de Conselho Nacional da Oposição.

O Presidente José Eduardo dos Santos, a UNITA, a FNLA e o Partido Renovador Democrático (PRD), de Joaquim Pinto de Andrade, são alguns dos dados principais do grande jogo que até Setembro vai ser disputado em Angola, para que no fim desse mês o povo, enfim chamado às urnas, em eleições livres, possa determinar o seu futuro. ■

Cabo Verde

PÚBLICO

DOMINGO 26 JANEIRO 1992

Novos partidos

UMA NOVA força política surgiu na semana passada em Cabo Verde e outra poderá vir a aparecer a médio prazo, mas a vida do arquipelago continua a gravitar essencialmente à volta do MPD, no poder desde há um ano, e do PAICV, que o antecedeu no Governo.

O Partido Social Democrata (PSD), anunciado quinta-feira na Cidade da Praia, tem atrás de si dissidentes da União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID) e como secretário-geral João Além.

Disse o líder da nova formação política que esta é uma sequência da "apatia" em que a UCID se encontra mergulhada desde o seu último congresso, realizado na capital do país em Julho de 1991.

O PSD afirmou que as suas prioridades são a reforma do Estado e o aceleramento do desenvolvimento económico de Cabo Verde, mas que também se preocupa com a saúde, a defesa do ambiente e a solidariedade entre os cabo-verdianos.

João Além considerou boa a

governança do actual primeiro-ministro, Carlos Veiga, foi muito crítico em relação ao PAICV, de Pedro Pires, e não poupou críticas à UCID, o terceiro dos partidos até agora legalizados em Cabo Verde.

Criada em 1977, na Holanda, e durante muito tempo o único adversário declarado do regime de Aristides Pereira, não conseguiu depois disputar o poder quando em 1990 se avançou para o multipartidarismo.

A maior parte dos dirigentes da UCID encontra-se no exterior, notando-se designadamente rivalidades entre os que vivem nos Estados Unidos e os que estão em Portugal.

No congresso de Julho, o primeiro que efectuou em Cabo Verde, o seu antigo presidente, Lídio Silva, foi substituído por Antero Barros, crendo-se agora que está a pensar formar uma nova organização, a que daria o nome de Partido Trabalhista Cabo-Verdiano. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

SEMANÁRIO

25 JAN 92

Uma janela para África

Aproveitar a presidência portuguesa das Comunidades para desenvolver as relações entre a Europa dos Doze e os países africanos de expressão portuguesa tem sido uma das promessas dos responsáveis portugueses, nomeadamente do Primeiro-Ministro, Cavaco Silva.

E neste campo que se situam as expectativas do embaixador de Cabo Verde em Portugal, Eugénio Inocêncio, que expressou ao *Semanário* os seus dois principais desejos para o seu país durante esta presidência.

«Espero que durante a presidência portuguesa da CEE seja possível pôr de pé um sistema de programas de cooperação entre Portugal e Cabo Verde que signifique um salto qualitativo no âmbito da cooperação entre os dois países de tal forma que Cabo Verde se transforme de facto numa janela para a África no tocante à política de Portugal e da CEE para esse continente. Em segundo lugar, desejo que seja conseguida a paz, de forma duradoura e definitiva, em todos os países de língua



oficial portuguesa e na África do Sul, no tocante à questão do «apartheid», de tal forma que possa ser possível Portugal e os cinco países africanos lusófonos envolverem-se em processos de desenvolvimento de forma acelerada e sustentada».

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27 DE JANEIRO DE 1992

Bispo do Algarve critica exploração de cabo-verdianos

José Manuel Oliveira

Delegação de Portimão

A DEGRADAÇÃO social dos trabalhadores do sector da construção civil no Algarve, sobretudo dos cabo-verdianos em situação ilegal no nosso país, foi criticada pelo bispo do Algarve, em declarações ao DN.

D. Manuel Madureira Dias lamentou a «degradação moral da juventude», manifestada através da droga, prostituição e marginalização, resultante da desagregação familiar e de um estilo de vida próprio existente na região, que têm contribuído para o aparecimento de uma classe com espírito materialista.

Tal situação, acrescentou, tem igualmente reflexos entre empresários da construção civil, que, através de salários desajustados e da fuga à segurança social, exploram mão-de-obra constituída, em grande parte, por cabo-verdianos que se encontram em situação clandestina no Algarve e com condições de vida degradadas.

Falando sobre estes problemas, o bispo do Algarve reconheceu que a

Igreja «tem estado bastante ausente das escolas», criticando que a disciplina de Religião e Moral permaneça apenas como uma opção. «A juventude escolar devia ser assistida de várias formas, nomeadamente através de um papel circum-escolar com estruturas de apoio, mas a Igreja não possui recursos humanos, nem outros meios de resposta às necessidades», disse.

Na região algarvia existem actualmente 41 párocos com uma média de idade superior a 60 anos, e, segundo afirma D. Manuel Madureira Dias, são necessários cerca de 70 padres para corresponder aos objectivos de acção pastoral junto das populações.

«Os padres não podem fazer tudo. Alguns, com idade já avançada, não tem reciclagem para encarar uma nova forma de sacerdócio, enquanto os mais novos, que não são muitos, se encontram bastante ocupados para poderem tomar iniciativas diversas», salientou.

O bispo do Algarve disse reconhecer uma certa «debilidade da Igreja neste meio, enquanto, por outro lado, vai ganhando força em países africanos»,

e atribuiu como factores dessa realidade, entre outros, a falta de voluntariado para se constituírem grupos de trabalho de apoio a vários sectores.

Cortes orçamentais afectam novas igrejas

Os cortes orçamentais previstos no Plano de Investimentos da Administração Central (PIDDAC) em 1992, a par de outros problemas, impossibilitam a concretização de vários projectos no Algarve, nomeadamente a construção da igreja de Sagres, o restauro da Igreja da Senhora do Carmo e o início do Complexo Paroquial de Santa Maria, ambas em Lagos.

«Está a ser feito um levantamento em cada paróquia para sabermos quantas igrejas e outros locais destinados ao culto faltam no Algarve, dotados de condições para encontros, catequeses e convívios», acrescentou ainda D. Manuel Madureira Dias ao DN, fazendo notar que existem muitas igrejas situadas nas zonas do interior, onde a população é escassa, ao contrário do que se verifica no litoral.

Dissidentes do PAIGC preparam novo partido

UM NOVO partido, tendo por base uma parte considerável da ala renovadora do PAIGC, poderá surgir nos próximos dias na cena política guineense, elevando para 11 o número de formações existentes.

Os subscritores da "Carta dos 121" decidiram esta semana, enquanto sensibilidade organizada, acabar com as suas actividades no âmbito do PAIGC, considerando esgotadas as possibilidades de "salvar o partido por dentro", tal como se tinham proposto há seis meses. Disseram que aquele grupo "continua a ser um partido odiado, sem alternativa" e que a sua estratégia que tem é preparar a reeleição de João Bernardo Vieira, "Nino", como Presidente da República.

Agnelo Regalla, antigo secretário de Estado da Informação, que em Dezembro entregou o seu pedido de demissão do PAIGC e do Governo, admitiu ontem ao PÚBLICO que a maioria dos subscritores da "Carta dos 121" deu já aval à criação de uma nova força política e que os contactos nesse sentido estão bastante avançados.

Assim, a oposição ao PAIGC cresce, mas continua mergulhada em contradições e querelas internas, manifestando visíveis dificuldades em estabelecer uma plataforma de entendimento que lhe permita "empurrar" o poder para um diálogo que confira maior celeridade ao processo de democratização. Esta incapacidade permite, nomeadamente, que os partidos não tenham acesso regular e igual

aos órgãos de comunicação social e que até agora não haja lei eleitoral.

Isoladamente, os cinco novos partidos legalizados lançam palavras de ordem de "democracia e unidade" e defendem leis consentâneas com os ideais do pluralismo democrático. A actual Constituição, já por três vezes revista pela Assembleia Nacional Popular, continua a atribuir ao PAIGC um estatuto especial, devendo o Chefe de Estado eleito jurar fidelidade aos seus princípios.

É certo que a Frente Democrática (FD), o Partido Unido Social Democrata (PUSD) e a Frente Democrática Social (FDS) se reuniram antes da legalização para concertar posições, devido aos obstáculos enfrentados durante a angariação de assinaturas. Num segundo encontro também participou o Movimento Bafatá e juntos produziram um calendário reivindicativo que surtiu efeito: o poder diminuiu o número de requisitos necessários para a criação de um partido. Mas, depois, uma proposta do Bafatá para uma conferência dos diversos partidos não teve receptividade.

Oposição dividida

Caso este procedimento não sofra alteração, dificilmente a história da implementação da democracia em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe se poderá reunir na Guiné-Bissau. Embora o partido de "Nino" Vieira tenha sido desgastado por 11 anos de uma guerra violenta, que o privou de muitos dos seus

melhores dirigentes, e por 18 anos de governação, ainda possui autênticos santuários no interior do país; e na falta de alternativas credíveis o eleitorado dessas zonas poderia entregar o seu voto aos "velhos companheiros da luta".

A oposição olha-se a si própria com uma certa desconfiança. O líder do PUS, Saúde Maria, diferencia as forças, fala da verdadeira e da falsa oposição e diz que há jogos. Aceita a possibilidade de acordos, mas prefere dar tempo ao tempo para melhor conhecer os seus parceiros. A FD e a FDS colocam reticências a pactos antes das eleições e só admitem coligações em função dos resultados eleitorais.

A recente cisão no partido de Rafael Barbosa, a FDS, colocou o carismático dirigente numa situação delicada, pendendo sobre ele acusações, desmentidas, de cumplicidade com o Presidente Vieira. O Movimento Bafatá, que gozava de uma ampla simpatia popular, começa a perder credibilidade devido à demora da vinda para o país dos seus principais dirigentes, que continuam a residir em Portugal. O Partido da Convergência Democrática é a força que parece mais apostada na unidade da oposição e, segundo o seu coordenador, Vítor Mandinga, conta com o apoio de 70 por cento dos quadros da administração pública guineense. E em processo de legalização existem quatro partidos, que ainda não entregaram a documentação no Supremo Tribunal. ■

Ali Sakalá, em Bissau

Oposição une-se

OS PARTIDOS da oposição guineense reunidos num encontro cimeiro em Bissau acordaram num conjunto de reivindicações que, a serem aceites pelo PAIGC, abrirão a porta a uma participação directa no processo de mudanças em curso no país.

Ultrapassando algumas contradições internas, a oposição decidiu criar uma comissão permanente de concertação e um fórum democrático constituído pelos seus líderes, denunciando "as manobras eleitoralistas, anti-democráticas e demagógicas levadas a cabo pelo PAIGC no intuito de desinformar a opinião pública.

Foi exigida ao Governo a extinção imediata da polícia política e o abandono de práticas "abusivas do uso do poder e de bens públicos". Como forma de pressão e também de demonstração da sua implantação popular, vai ser convocada nos próximos dias uma manifestação em Bissau com a participação de toda a oposição.

As forças opositoras exigem a demissão imediata dos directores da televisão, da rádio nacional e de um dos membros do Conselho Nacional da Comunicação Social, por serem dirigentes do PAIGC.

O comunicado conjunto dá conta que vai ser solicitada à Assembleia Nacional o início de conversações com vista à revisão das leis fundamentais. Para o efeito, a cimeira propôs a criação de uma comissão eleitoral nacional, com a participação de todos os partidos legalizados para a preparação da lei eleitoral.

Participaram no encontro cimeiro dos partidos da oposição a Frente Democrática Social (FDS), Resistência da Guiné-Bissau-Movimento Bafatá, Partido Unido Social Democrata (PUSD) e Partido da Convergência Democrática (PCD). A Frente Democrática, o primeiro partido a legalizar-se, embora convidada, não participou nesta reunião. ■

Ali Sakalá
em Bissau

EXPRESSO

25 DE JANEIRO DE 1992

TAP ganha Air Bissau

A TAP acaba de ganhar o concurso para a gestão dos Transportes Aéreos da Guiné-Bissau (Air Bissau), num acordo que incluirá igualmente uma entrada no capital desta empresa estatal guineense — revelou ao EXPRESSO fonte próxima da administração da transportadora aérea nacional.

Paralelamente, a TAP prossegue os contactos com a TAAG (Transportes Aéreos Angolanos), a LAM (Linhas Aéreas de Moçambique), Zimbabwe Airways e a SAA (South African Airways) para a criação de uma companhia inter-regional na África Austral. A nova empresa será sediada em Luanda e deverá voar, entre outras rotas, para Maputo, Harare, Windoek e as principais cidades da África do Sul, operando aviões do tipo Boeing 737.

Nova ronda para a paz em Moçambique

OS TRABALHOS da nona ronda de conversações para a paz em Moçambique, suspensos desde o dia 20 de Dezembro do ano passado, foram ontem retomados em Roma, confirmou à agência Lusa o chefe da equipa negociadora da Renamo, Raul Domingos. Na sessão inaugural da "segunda parte" da nona ronda, a Renamo apresentou uma contraproposta à da mediação italiana sobre a lei eleitoral.

O chefe da delegação da Renamo em Roma disse que a contraproposta do seu movimento tem por objectivo "aprofundar a apresentada pela mediação" de forma a "evitar ambiguidades da sua interpretação". Domingos sublinhou que a proposta da Renamo para a elaboração do terceiro protocolo sobre a lei

eleitoral aprofunda os aspectos relativos às liberdades de imprensa, associação, reunião e expressão.

O documento prevê a reintegração social dos refugiados e deslocados de guerra e define as garantias de cobertura das eleições em Moçambique através de um grupo de observadores das Nações Unidas para, segundo aquele dirigente, "facilitar a fiscalização do acto eleitoral".

Sobre a eventual participação de Portugal na discussão dos pontos em agenda, Raul Domingos disse que isso poderá acontecer "só depois de aprovação do terceiro protocolo", ou seja, quando se entrar nas questões militares com vista à concertação de um cessar-fogo global. "Temos tido, porém, contactos

com as autoridades britânicas, norte-americanas, francesas e portuguesas, estas através do embaixador de Portugal na Itália que nos informa das opiniões do Governo português, pelo menos ao nível do secretário de Estado Durão Barroso", disse o dirigente da Renamo.

Domingos descreveu o reinício dos trabalhos como "a continuação da nona ronda de conversações iniciada no dia 18 de Dezembro, pois os trabalhos foram suspensos para que todos pudessem passar o Natal e o Ano Novo junto dos seus familiares".

A sessão inaugural da ronda decorreu em Villa Madama, um edifício do século XVI que pertence aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros italiano, prosseguindo depois os traba-

lhos nas instalações da Comunidade de Santo Egidio.

"Agora estamos dependentes da aceitação, por parte da delegação da Frelimo, da nossa contraproposta para a realização de uma sessão plenária", disse Raul Domingos. "Está criado um ambiente muito positivo no seio das discussões e esperamos que o protocolo possa vir a ser assinado em breve", sublinhou.

A delegação do Governo do Maputo é chefiada pelo ministro dos Transportes e Comunicações, Armando Guebuza, enquanto a mediação está a cargo de Mário Rafaelli, em representação do Governo italiano, Andrea Riccardi e Matteo Lupi, da Comunidade de Santo Egidio, e D. Jaime Gonçalves, arcebispo da Beira. ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 DE JANEIRO DE 1992

Ataque da Renamo causa cinco mortos

UM ATAQUE da Renamo contra o bairro de Muelé, nos arredores da cidade de Inhambane, causou na quinta-feira cinco mortos e três feridos graves, noticiou ontem a rádio moçambicana. Os ataques da Renamo contra a periferia dos principais centros urbanos, motivados por necessidades de reabastecimento logístico, estão a fazer-se sentir também em Nampula. Nesta cidade, pelo menos 40 civis foram raptados em 1991 no bairro de Namico e continuam ainda desaparecidos.

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 22 JANEIRO 1992

Moçambique Décima ronda negocial

A DÉCIMA ronda das conversações para a paz em Moçambique principiou ontem de manhã em Roma, com um dos medianeiros a dizer que tem esperança de que a paz seja possível dentro de dois a três meses.

Uma delegação governamental liderada pelo ministro dos Transportes e Comunicações, Armando Emilio Guebuza, e outra da Renamo dirigida pelo chefe do Departamento de Organização, Raul Domingos, debateram-se agora sobre as garantias políticas que hão-de preceder o debate das questões militares.

Na nona ronda, em Dezembro, as duas partes optaram pela simultaneidade de eleições presidenciais e legislativas (que já não serão disputadas antes de 1993) e pelo envolvimento da ONU e da Organização da Unidade Africana no processo eleitoral.

Armando Guebuza, uma das figuras mais importantes do Partido Frelimo, que desde 1975 se encontra no poder, manifestara o desejo de este mês se iniciar a discussão de aspectos específicos do cessar-fogo, para o que integraria peritos militares na sua delegação. Mas o representante da Renamo em Portugal, Manuel Frank, disse ao PÚBLICO que "o cessar-fogo é o quarto ou o quinto ponto da agenda", havendo outros assuntos a discutir antes disso.

Uma prova de que o cessar-fogo não vai ser abordado durante esta semana é o facto de a Renamo não ter enviado para o local das conversações especialistas em questões militares, só o devendo fazer mais tarde, em altura ainda a determinar.

O deputado Mário Rafaelli, em representação do Governo italiano, Andrea Riccardi e Matteo Zuppi, da comunidade católica de Santo Egidio, onde os trabalhos decorrem, e o bispo da Beira, D. Jaime Gonçalves, são os medianeiros deste complicado processo, que se arrasta desde meados de 1990.

O JORNAL

24 de Janeiro de 1992

Maria Barroso vai à Gorongosa

Maria Barroso, mulher do Presidente da República, tem prevista, para o próximo mês de Maio, uma deslocação à base da Renamo, na Gorongosa, onde se encontrará com Afonso Dhlakama, presidente do movimento rebelde moçambicano. O objectivo da deslocação, que parece ter o apoio tácito das autoridades de Maputo, é o avanço da paz no terreno. Na sequência da visita efectuada, no ano passado, à zona fronteiriça de Moçambique com a África do Sul, foi estabelecido um corredor de paz entre Ressano Garcia e Komatipoort. Os ataques, muito frequentes nessa faixa, pararam completamente, melhorando as condições de apoio humanitário e aumentando a confiança entre os contendores da guerra civil moçambicana, actualmente em conversações de paz em Roma.

O Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, esteve segunda-feira no Zimbábue, a conferenciar com o seu homólogo Robert Mugabe, que no dia 10 se reunira no Malawi com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

Tanto Mugabe como o Presidente do Malawi, Kamuzu Banda, estão a procurar servir igualmente de medianeiros — a par da Itália e das instâncias católicas — para uma aproximação entre as posições do Partido Frelimo e as da Renamo. Aproximação essa que deverá culminar com uma reunião entre Chissano e Dhlakama, quando tudo estiver bem encaminhado para a assinatura de acordos de paz. E um ano depois desses acordos é que Moçambique terá as suas primeiras eleições pluralistas. ■

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA 27 JANEIRO 1992

HOSPITAIS EM MOÇAMBIQUE — Os hospitais centrais de Maputo, Beira e Nampula vão ser reabilitados, a partir de Fevereiro, pela empresa portuguesa Profabril, revelou a Lusa. O contrato de adjudicação das obras foi assinado na sexta-feira em Maputo pelo vice-ministro moçambicano da Saúde, Igrejas Campos, e pelo delegado da empresa portuguesa em Moçambique, Luís Loureiro. O projecto global da reabilitação destas unidades hospitalares envolverá um montante superior a dez milhões de dólares (cerca de um milhão e 400 mil contos). ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 DE JANEIRO DE 1992

Vários militares das Forças Armadas de Moçambique, hospitalizados em Maputo, testemunham que a Renamo usou armas químicas na região fronteiriça de Macaene. Os feridos afirmaram que um avião atingiu as tropas governamentais com um projectil que espalhou «um fumo preto» e fez aumentar «de forma considerável» a temperatura ambiente.

Officials deny food aid allegations

Mozambican officials in charge of the Maputo food distribution system have denied accusations by a European Community consultant, Hermann Gebauer, according to which the vast bulk of food intended for distribution through the city's rationing system is siphoned onto the black market.

Gebauer, who used to work at the Food Security Department in the Trade Ministry, circulated a report claiming that 75 per cent of the food aid intended for sale via the ration card system ends up in the hands of illegal traders who sell goods on street corners or in the informal markets known as *dumba-nengues*.

Gebauer claimed that 10 per cent of the food aid was stolen between entry at Maputo port and delivery to the warehouses, and that a massive 50 per cent was diverted from warehouses run by the Maputo Food Supply Company (EACM) and the state wholesalers, COGROPA. This is allegedly done through government officials issuing authorisation for the removal of the food, and crooked retailers then distribute it through a network of street vendors.

Another 15 per cent, according to Gebauer, enters the ration system, but is then diverted onto the black market by the very traders who are supposed to be selling it, at subsidised prices, to people who hold ration cards.

But Arnaldo Chamuco, the director of EACM, when interviewed by AIM, denied that any substantial quantity of food could be diverted from the warehouses for which he is responsible. (The other warehouses Gebauer mentions, those run by COGROPA, do not supply the Maputo ration system.)

Mr Chamuco said careful records were kept of food entering and leaving the warehouses. Those who can take food out are the licensed shopkeepers who form part of the ration system. Currently 501 shops are involved in the system, and ration cards are held by 165,293 families, accounting for a total of 991,550 individuals.

Mr Chamuco said that, very occasionally, there was requisitioning of food directly by GOAM, the office that organises the distribution network. But this was only for small quantities, and Mr Chamuco could not recall more than three or four occasions of this in the past two years.

He flatly denied that there were any cases of phoney authorisations, issued by officials to allow people unconnected with the ration system to take food out of EACM warehouses.

Rafael Macamo, the GOAM official in charge of the ration card system, told AIM he believed that the overwhelming bulk of food distributed through the system reached the people it was intended for. There were tight controls through the forms that the

shopkeepers had to fill in, accounting for all the food they received. Each ration card is only good for purchases in one specific shop, and each shopkeeper has a list of all the customers he is supposed to supply. At the end of the month he has to account for any surplus food that may be left over.

Mr Macamo did not see any possibility for shopkeepers to divert significant quantities of rationed goods onto the parallel market. Isolated cases had been discovered in the past of shopkeepers not obeying the rules of the system, said Mr Macamo, but this was rare.

Mr Chamuco thought that diversion of food aid on the massive scale claimed by Gebauer could not have been hidden, and would have led to an outcry from Maputo consumers.

The Gebauer report (which does not name any allegedly corrupt official or shopkeeper, nor present any specific evidence of wrongdoing) has a strong ideological tone. Its main recommendations are for the complete privatisation of the food distribution network, including such state companies as EACM, and the abolition of all subsidies. The state would thus be entirely removed from distribution, and private traders (whom Gebauer had earlier accused of large scale theft) would run the whole network, with a safety net of "food stamps" to ensure that the urban poor did not starve.

But the ration system itself was born out of the failure of the private sector to supply Maputo adequately. Rationing of basic foodstuffs was introduced in March 1981 to guarantee a basic minimum for all, and to put an end to speculation - prior to rationing, private shopkeepers really had diverted food onto the black market.

Currently GOAM only deals with rice, maize, maize flour and sugar. It distributes whatever is available in EACM warehouses, and this usually works out to about four kilos of grain and perhaps a kilo of sugar per person per month. But in 1991 less food aid was received for market sales than in 1990, leading to ruptures in stocks particularly of maize.

Mr Chamuco said that in early November the EACM warehouses only contained rice, and it was thus not possible to distribute maize on the ration system. Nonetheless, there was maize on the parallel market.

This could not possibly have come from EACM warehouses, since EACM had no maize. But with the increased liberalisation of the economy, private traders are bringing in large quantities of food from South Africa and Swaziland, and this could easily be the source.

Mr Chamuco and Mr Macamo stressed that they are not responsible for the port and rail complex, and could not speak about any theft of food there.

Two opposition parties split

The divided state of Mozambique's new opposition parties was revealed in very public fashion in November, with splits in both UNAMO (Mozambique National Union) and PALMO (Liberal and Democratic Party of Mozambique).

On the eve of its first congress, UNAMO was wracked by a bitter leadership struggle. In a communique dated 5 November, the UNAMO President, Gimo Phiri, announced the expulsion of the organisation's General Secretary, Carlos Reis, claiming that this decision had been taken by a meeting of the UNAMO National Council at Namuli, in the central province of Zambezia.

The communique claimed that Reis' true position in the party had been "spokesman for Europe", and that he had appointed himself General Secretary.

Phiri accused Reis of "ambition and elitism" and said he had caused "intrigue and confusion" within the party.

A furious Reis struck back in an interview published in the Sunday paper *Domíngoo* on 10 November, in which he described Phiri as an "agent" of the ruling Frelimo Party.

He claimed that Phiri had been bribed by members of Frelimo, and that the Mozambican Defence Ministry had promised Phiri the job of governor of Zambezia if he would collaborate with Frelimo.

Reis said there had been no meeting of the National Council, and certainly not in Namuli. In any case, under the UNAMO statutes, no-one can be expelled without an opportunity to defend himself, he added.

Reis claimed that Phiri was living, not in Zambezia, but in Matola, the industrial city adjoining Maputo, in a house belonging to the Defence Ministry.

Reis alleged that Phiri had sent three men who "came in a Ministry of Defence car in order to try to kidnap me". He had refused to go with them. "If I had accepted, I would probably be dead by now", he added.

Until recently Phiri had been based in Malawi, Reis claimed. A member of the Frelimo Political Committee had organised Phiri's journey to Matola in order to "sabotage" the UNAMO congress, he added.

Reis boasted that it was he "who gave life to UNAMO. Without Carlos Reis, UNAMO as we know it today might not exist".

Originally Phiri had been the second-in-command of Renamo. Reis claims that it was he who persuaded Phiri to leave Renamo and set up UNAMO in 1986.

In this split, Phiri took with him a substantial number of the Renamo forces operating in Zam-

bezia. For a short period, the war in Zambezia was a three-cornered affair, between Renamo, Phiri's men and the Mozambican army.

UNAMO's armed contingent is not known to be currently active, but Reis claimed it was stationed in Milange district, on the border with Malawi, and was "receiving logistical support from Frelimo".

A counter-blast from Gimo Phiri appeared in the daily paper *Noticias* on 12 November. He denied accusations of working for Frelimo, and said he had entered into contact with Frelimo simply because Frelimo was in power.

Gimo Phiri: "3,000 men under arms"

"Who else should I talk to?", he asked. "Reis was also received by Frelimo. So how can he accuse me of being linked with Frelimo?"

Phiri admitted that the government had provided him with a house, but said his contacts with the authorities "are just to re-establish peace". He said he still has 3,000 men under arms in Zambezia and Niassa provinces, and wants to integrate them into a national army, but only after a ceasefire between the government and Renamo.

Phiri's opposition to Frelimo dates back to 1976, when he was involved in setting up the PRM (Mozambican Revolutionary Party). The first armed actions against the Mozambican government were carried out by this group, often referred to as "Africa Livre" (Free Africa), which carried out sporadic raids from Malawi into Zambezia from 1976 onwards.

Phiri explained his armed rebellion against the new Mozambican state as due to his "opposition to communism and Marxism-Leninism" (which Frelimo did not formally adopt until its Third Congress, in 1977, a year after the PRM's activities had started.)

The PRM merged with Renamo in 1982, and this merger was the basis for the massive Renamo attack on Zambezia later that year. Phiri became the number two in Renamo and he told *Noticias* he had been in charge of military operations in the northern half of the country, as well as of Renamo's foreign relations and its "secret services".

He broke with Renamo leader Afonso Dhlakama in 1986 because "I did not agree with Renamo policies. Our goal was not to destroy Mozambique but to correct Frelimo's errors". He claimed the credit for setting up UNAMO in October 1986.

He dismissed Reis as "ambitious", and said "I don't like to work with people like this, I like to work with serious people".

He claimed the UNAMO congress was illegitimate. "I don't recognise this congress. It's not a congress organised by me", he said.

Nonetheless the congress went ahead, with 62 delegates from all 11 provinces, meeting in the Maputo suburb of Mahotas from 15 to 17 November. Phiri and his supporters were not present.

Reis' opening report to the congress accused Frelimo of "systematic attempts to discredit UNAMO leaders", and of "infiltrating" agents into UNAMO "who come to spy on our way of thinking and working in order to destroy us".

He said that "radical sectors of Frelimo" were "intransigently refusing to allow the emergence of independent political parties". UNAMO, he added, wanted changes "to be genuine, and not political farces orchestrated to legitimise a supposed lack of political opposition in Mozambique".

He accused unnamed members of the government of corruption. "Several of the formerly Marxist-Leninist leaders of Frelimo are now owners of the most varied means of production", said Reis. "They own chains of restaurants, fishing companies, mining enterprises and others, which was only possible thanks to the strong political power they hold".

He denounced what he called "the systematic diversion of food aid for the personal benefit of leaders".

"UNAMO thinks that the country should be run by competent people of good faith and not by a bunch of incompetent thieves", he declared.

Reis blamed both "the war of destabilisation waged by Renamo", and the policies carried out by "the Marxist-Leninist government of Frelimo" for the country's economic crisis. Frelimo's initial hostility to private property, he said, meant there had been no development of a Mozambican business class "which is today so necessary to dynamise the national economy".

UNAMO, he said, wanted an immediate end to the war, and rejected "all the partisan arguments that the two belligerents use to prolong the suffering and martyrdom of the Mozambican people".

Neither the government nor Renamo "has the right to act against the desire for peace of the majority of the people".

UNAMO, he said, wanted "a serious and responsible opposition, a constructive and not a collaborationist opposition, an opposition that criticises the government constructively so that it may better resolve the problems of the people".

Invited guests from various embassies and from two other parties (Frelimo itself and the Patriotic Action Front, FAP) were present at the opening session.

One guest invited in his personal capacity was the former head of the Mozambican air force, retired Maj-Gen Americo Mpfumo. UNAMO spokesman José Lino told AIM that Gen Mpfumo was a UNAMO "sympathiser" - even though he was re-elected to the Frelimo Central Committee at the Party's sixth congress, less than three months earlier.

The congress delegates devoted much of their time in debates to violent attacks on Gimo Phiri, repeatedly accusing him of collaborating with Frelimo.

"Gimo Phiri has been bought - and he's really very cheap", declared delegate Teresa Boavista, to loud applause.

"The position of Gimo Phiri is strange, sad, lamentable, shameful, unacceptable", accused Rafael Seda. "He's being manipulated".

Other delegates demanded to know how it was that the government had given Phiri a house when no such generosity had been shown to Carlos Reis or to other opposition leaders.

"Frelimo brought him to Matola", said Tomas Milato. "Gimo Phiri is with Frelimo and only wants to cause confusion".

The split was now clearly irreversible, with the congress chairman, José Cadeado, declaring "Gimo Phiri no longer belongs with UNAMO. That's clear".



Carlos Reis speaking at the UNAMO congress (AIM/Antonio Muchave)

Racist attacks on Mozambican Asians

There was also a racial undertone to the congress debates, with several open attacks on Mozambique's Asian minority, who are prominent in the country's trading network. Several delegates alleged that the banks preferentially offered credit to Asian-owned businesses, and discriminated against black Mozambicans.

One delegate who is a small businessman, Daude Machaka, declared "They say the Indians are very good at keeping accounts. Why don't they go and

keep accounts in India? We Mozambicans are treated as guests in our own country".

Another businessman, Saide Omar, suggested restricting the political rights of white and Asian citizens. "Evidently a white man in parliament is not going to defend the interests of the majority", he claimed. "Whites and Indians, if they're Mozambicans, can have equal rights in cultural and social matters".

Predictably the congress elected Carlos Reis to the post of UNAMO president in a show of near unanimity. Reis won 56 votes to just one cast for José Lino. Two other candidates, Antonio Torres and Candida Guimarães, did not receive a single vote: since they were both full congress delegates, this means they did not even vote for themselves.

Due to a misunderstanding as to whether members of the congress elections preparations committee had the right to vote, the five committee members abstained.

Reis claims that UNAMO has 33,000 members, and he said he now had all the documentation necessary to register UNAMO with the Ministry of Justice, including a list of 1,100 members or supporters, 100 from each province. Registration is necessary before a political party can undertake such activity as standing in elections, or benefit from tax exemptions.

Meanwhile PALMO too was in a state of crisis. The party's president, Martins Bilal, tried to heal wounds opened earlier in the year by publicly apologising for the "libels and lack of respect" shown towards the PALMO deputy president, Antonio Palange.

Attacks against Palange "unfounded"

A communique of 6 November, signed by Bilal, said that Palange had been blamed for the troubles at the PALMO founding congress, held in Beira in May, during which one of the party's co-founders, Casimiro Nhamitambo, abandoned the congress hall, taking a number of other delegates with him.

This statement declared that accusations made against Palange were "unfounded, and aimed at discrediting the deputy president in the eyes of Mozambican society".

"Antonio Palange is a founder of PALMO, and to try to denigrate him is to call into question the very existence of the party", said Bilal's statement. "The name of Palange is linked to PALMO for ever".

It was now urgent to give Palange back his good name "in order to breath new life into PALMO". In the name of the PALMO leadership, Bilal formally regretted the situation that had been created and offered apologies to Palange.

What the statement discreetly failed to mention was that the two people who had publicly attacked Palange in the pages of the Mozambican press, accusing him of damaging the congress, and of

alcoholism and other "anti-social behaviour", were Bilal himself and the party's general secretary, Matias dos Amores. Palange had then threatened to sue Bilal for libel.

Casimiro Nhamitambo had hesitated for months as to whether to stay in PALMO, after a whispering campaign within the party that he was a "Frelimo agent". But on 22 November, he announced the formation of a new group, the Social-Liberal and Democratic Party, to be known by the acronym SOL (this is a play on words, since "sol" is Portuguese for "sun").

Accompanying Nhamitambo at the Maputo press conference held to announce the split were Matias dos Amores and Aristides Fonseca, a member of the PALMO National Council.

PALMO "just a private club"

Fonseca read a declaration which said that PALMO had degenerated into "a simple private club". He accused the PALMO leadership of "arrogance, political ignorance, conformism and inciting regionalism".

The only thing PALMO had done since the Beira congress was "to issue a string of contradictory statements, in which members of the leadership criticised each other destructively, or praised each other to the skies".

A manifesto from SOL, read by Nhamitambo, described the new party as "the patriotic cry of Mozambicans for radical and serious change".

Unlike some of the early PALMO documents, this manifesto exhibited no hostility towards the country's white, Asian and mixed-race minorities. It thus avoided the controversy generated by PALMO when it had suggested placing restrictions on Asian-owned businesses.

Much of the SOL manifesto denounced corruption, accusing unnamed government leaders of "expropriating land, renting buildings out for hard currency, and running fleets of private taxis".

It claimed that such leaders were also "feeding pirate export/import companies", involved in drug smuggling and gun running.

Asked to name names, Nhamitambo declined, saying it was "not convenient" to do so. But he pledged that "at the appropriate time" SOL would reveal all that it knew about corruption.

Asked in what way SOL was different from the rest of the opposition, Fonseca said "this difference will be shown in practice. It can't be demonstrated from one day to the next".

Nhamitambo declined to reveal details as to how many members SOL had, and how many PALMO members had defected to the new organisation.

In a statement issued on 26 November, PALMO denied there had been any mass defection to SOL, and insisted that PALMO "remains firm to the ideals it has held since its foundation".

Reportagem portuguesa gera polémica em São Tomé

Manuel Dende,
em São Tomé,
e José Fragoso

Uma reportagem da RTP, da autoria do jornalista José Manuel Barata Feyo, provocou esta semana uma intensa polémica nos meios políticos e diplomáticos de São Tomé e Príncipe. Houve acusações contra o repórter português e levantaram-se dúvidas quanto a um eventual aproveitamento político do trabalho jornalístico.

Uma reportagem do jornalista da RTP José Manuel Barata Feyo sobre São Tomé e Príncipe, exibida no último domingo pela Televisão Experimental daquele país, provocou um clima de polémica nos meios políticos e intelectuais locais.

Quase uma semana depois, a reportagem, intitulada "Naufrágio", continua a ser objecto de comentário nos vários círculos de São Tomé, depois de o seu conteúdo ter sido intensamente discutido durante um debate público realizado logo a seguir à exibição televisiva, por iniciativa da Direcção-Geral da Comunicação Social e da Direcção Nacional de Cultura são-tomenses. A polémica surgiu essencialmente em torno da forma como é abordada pelo jornalista a realidade sócio-económica do país, com várias figuras políticas locais a revelarem a sua divergência em relação ao texto e às imagens, considerando alguns que a reportagem dá uma "imagem miserabilista do país".

A realização de um debate público a seguir à passagem de "Naufrágio" na televisão tinha como objectivo assinalar a data do primeiro aniversário do fim do regime de partido único, com "um tema de reflexão sobre a democracia nacional".

O debate contou com a participação de várias personalidades influentes da vida política de São Tomé, entre as quais se encontravam a ministra dos Negócios Estrangeiros, Alda Bandeira, o líder parlamentar do PCD-GR (partido no poder) e também o administrador da Fundação Calouste Gulbenkian Victor Sá Machado, que se encontrava em visita de trabalho naquele país.

Entre o público destacava-se uma presença maioritária de militantes e dirigentes do actual partido governante, deixando em minoria os apoiantes do MLSTP/PSD, partido que governou São Tomé e Príncipe durante os 15 anos que se seguiram à independência.

Democracia: conveniência ou convicção?

Uma das críticas apontada pelos elementos afectos ao PCD-GR relacionava-se com uma das frases de José Manuel Barata Feyo na apresentação inicial da reportagem, numa passagem onde o jornalista referia o seguinte: "São Tomé, depois de Cabo Verde, foi o segundo dos Palop que optou pacificamente pela democracia em 1991. Mais por conveniência do que por convicção, julgam os chamados afropessimistas; porque era um imperativo histórico, respondem os agentes da mudança. O futuro o dirá."

Especialmente criticada foi a dúvida levantada no texto sobre a conveniência ou a convicção, considerada "irrealista" pelos apoiantes do partido no poder.

Outras vozes foram mais longe, considerando que uma das sequências da reportagem, onde se vêem "cidadãos de rosto saudável" procurando desesperadamente viveres distribuídos pela equipa de filmagem na zona de Porto Alegre, é um "acto exagerado". Esta sequência foi uma das partes mais polémicas da reportagem, com alguns técnicos e jornalistas são-tomenses, que participaram nas filmagens, a afirmarem no debate que o jornalista português teria alegadamente "fabricado" ou "provocado" tais imagens, para dar uma "ideia de fome".

Retrato do país

Contactado ontem pelo PÚBLICO, José Manuel Barata Feyo manifestou alguma estranheza pelo facto de a reportagem estar a causar tanta polémica em São Tomé, afirmando que se limitou a retratar a realidade do país.

"Quanto à questão da opção democrática ter sido por conveniência ou por convicção, só pus em contraste duas teses diferentes. Não fiz qualquer afirmação própria", explicou Barata Feyo.

Quanto à alegada fabricação de imagens, o jornalista explicou que tinha ido filmar a uma das zonas mais pobre de São Tomé, situada na zona de Porto Alegre, e que a sua equipa levava latas de comida e outros géneros alimentícios. "Como não comemos tudo durante o dia, no regresso, decidimos dar às pessoas a comida que tinha sobrado, um acto que se transformou de repente num autêntico motim, com toda a gente a querer comida e a bater nos vidros do jipe. Se se entender que isto não é fome, então o que é fome?"

Por isso, Barata Feyo decidiu integrar 30 segundos de imagens referentes a este episódio, "recorrendo às partes menos dramáticas, exactamente para evitar o sensacionalismo".

Outras críticas levantadas durante o debate público, referiam-se à possibilidade de a reportagem funcionar negativamente para o anterior partido no poder — responsável pela governação do país durante 15 anos — resultando daí uma leitura segundo a qual a exibição do filme seria um acto de pré-campanha eleitoral a favor do actual partido no poder.

Sobre esta assunto, Barata Feyo disse ao PÚBLICO que a reportagem foi elaborada para a RTP, depois de um mês de gravações, em Outubro. "Eu não produzo qualquer afirmação em relação aos primeiros 15 anos de independência de São Tomé, sem confrontar ao mesmo tempo um responsável do partido com essas afirmações, dando-lhe oportunidade de contestar".

Estúdios novos continuam parados

Problemática mantém-se, em São Tomé, a situação dos novos estúdios da Televisão Experimental, inteiramente financiados pela RTP mas cuja inauguração se mantém adiada devido à falta de energia.

Numa altura em que volta a animar-se o projecto via-satélite da RTP-Internacional, não deixa de ser caricato o facto de os novos estúdios são-tomenses de televisão estarem inteiramente prontos mas não poderem funcionar porque não se resolve o diferendo local com a empresa francesa que faz a distribuição da energia eléctrica. ■

ANC quer apressar mudança

O PRESIDENTE do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, rejeitou ontem as concepções de mudança defendidas horas antes no Parlamento pelo chefe do Estado, Frederik de Klerk, e pediu que um Governo interino seja constituído, o mais tardar, no mês de Junho.

Em conferência de imprensa dada na cidade negra de Soweto, próximo de Joanesburgo, Mandela disse não estar disposto a aceitar um Governo interino que durasse anos (como seria, no seu entender, a ideia presidencial), mas reconheceu que De Klerk está a ser, em muitos aspectos, razoável e que um compromisso é ainda possível.

O ANC, que representa o grosso da maioria negra da África do Sul, deseja a formação muito em breve de um Governo transitório e que até ao fim do ano seja eleita uma Assembleia Constituinte.

Quanto ao Presidente da República, abriu a sessão parlamentar de 1992 com um discurso essencialmente destinado a acalmar os receios brancos quanto ao ritmo das reformas, que ameaçam acabar de vez

com os privilégios de que até agora gozavam os cidadãos de origem europeia.

Frederik de Klerk prometeu à maioria negra da nação sul-africana que em breve já poderá votar para as mais altas instâncias do poder, mas também garantiu aos brancos que poderão vetar as principais alterações constitucionais.

O movimento de Mandela concentrou 20.000 pessoas frente ao Parlamento, a fim de exigir que dentro de dentro de alguns meses acabe de vez o exclusivo dos brancos na governação da África do Sul.

O Presidente De Klerk tem vindo a afirmar desde há algum tempo que os negros irão agora ter lugar entre os deputados, mas não especificou ainda quando e em que condições é que isso se há-de verificar.

A Codesa é que vale

Dois anos e quatro meses depois de ter assumido a Presidência, Frederick de Klerk já disse praticamente tudo o que tinha para dizer no Parlamento. E agora precisa de trabalhar sobretudo na Convenção para

uma África do Sul Democrática (Codesa), que está gradualmente a assumir a posição de principal entidade política do país.

Ainda ontem a Comissão Nacional Executiva do ANC pediu ao Partido Conservador, ao Partido Nacional Reconstituído e ao Movimento de Resistência Afrikaner que participem na Codesa, a fim de aí debaterem as suas propostas a favor de um Estado branco.

O discurso feito agora pelo Presidente De Klerk não teve a importância dos de 1990 e 1991, pois que o Parlamento já não é hoje a mesma força de há um ou dois anos, admitindo-se que esta seja a última sessão de que os negros se encontram excluídos.

Em Fevereiro de 1990 o sucessor de Pieter Botha legalizou diversas organizações até então proscritas, como o ANC, o Congresso Pan-Africano e o Partido Comunista. E anunciou a intenção de libertar Nelson Mandela, que cumprira já 27 anos de cadeia por sabotagem.

Um ano depois anunciou planos para revogar todas as leis discriminatórias, tendo desencadeado um processo que está em vias de o suplantar, abrindo definitivamente a via

para a conquista do poder pela maioria negra da população sul-africana.

Os trabalhos parlamentares vão agora decorrer durante menos dias, de forma a que os deputados possam dedicar mais tempo à Codesa, essa autêntica Conferência Nacional que vai abrir caminho a uma África do Sul pós-apartheid.

O novo calendário parlamentar foi severamente criticado pelo Partido Conservador, de Andries Treurnicht, e por outros elementos da direita, que rejeitam o conceito de negociações sobre o futuro constitucional do país.

No entanto, o responsável administrativo pelas reuniões da Codesa, Murphy Morobe, disse ao PÚBLICO que cerca de vinte novas organizações, incluindo algumas da direita, pediram licença para participar na próxima fase da Convenção, prevista para Março.

O rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, continua a exigir a presença na Codesa de uma sua delegação pessoal, apesar de já lá estarem o Governo do bantustão Kwazulu e o Partido Inkatha, que é de base zulu. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

Pretória e Luanda abrem representações

EXPRESSO
25 DE JANEIRO DE 1992

A ÁFRICA do Sul e Angola anunciaram na quinta-feira que vão abrir representações de interesses nas respectivas capitais.

O acordo — que confirma a notícia divulgada em primeira mão pelo EXPRESSO a 19 de Outubro passado — foi assinado entre o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof «Pik» Botha, e o seu homólogo angolano, Pedro de Castro Vandunem.

Botha manteve encontros com o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, durante a visita efectuada esta semana a Angola.

A decisão demonstra a melhoria das relações entre Luanda e Pretória, ocorrida desde que o

Presidente Frederik De Klerk iniciou as reformas para pôr fim ao apartheid na África do Sul.

O ministro sul-africano transmitiu à Imprensa na capital angolana a esperança de que a troca de diplomatas faça crescer o comércio entre os dois países.

«Pik» Botha afirmou que a África do Sul está disposta a ajudar a reciclar profissionalmente cerca de 150 mil soldados governamentais e da UNITA, que devem ser desmobilizados no seguimento dos acordos de paz do Estoril.

Botha declarou também que discutiu com o Presidente Eduardo dos Santos a possibilidade de a África do Sul colaborar no levantamento dos milhares de

campos de minas dispersos por Angola.

Os contactos entre altos responsáveis de Luanda e Pretória já se vinham processando há largos meses e aceleraram-se a partir de Junho, quando o antigo embaixador sul-africano em Lisboa e então director-geral MNE sul-africano se avistou na capital angolana com o vice-ministro das Relações Externas, Venâncio de Moura. A este encontro seguiu-se uma série de visitas de funcionários governamentais, incluindo o ministro Lopo do Nascimento, às duas capitais.